



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Departamento de Governança Institucional
Coordenação-Geral de Governança de Fundos

ATA DA 19ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT

Abertura: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2020, às 15h00, na Sala de Reunião Virtual, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/yuri-rafael-della-giustina-2>, na Plataforma Conferência Web, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, foi iniciada a reunião, com a participação dos seguintes membros e convidados do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD/FNDCT): Sr. **Marcos Cesar Pontes**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, **Júlio Francisco Semeghini Neto**, Secretário-Executivo do MCTIC, dos Conselheiros: **Waldemar Barroso Magno Neto**, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; **João Luiz Filgueiras de Azevedo**, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o suplente **Manoel da Silva**; **Benedito Guimarães Aguiar Neto**, do Ministério da Educação; **Zarak de Oliveira Ferreira**, do Ministério da Economia; **Marcos Rosas Degaut Pontes**, do Ministério da Defesa; **Bruno dos Santos Figueiredo Brasil**, da Embrapa; dos representantes titulares da Comunidade Científica: **Luiz Davidovich**, pela Academia Brasileira de Ciência – ABC; **Carlos Augusto Grabois Gadelha** e **Gláucius Oliva**, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; **Gianna Cardoso Sagazio**, **Franklin Madruga Luzes Junior** e **Jorge Luis Nicolas Audy**, titulares do Setor Empresarial; **Idenilza Moreira Miranda** e **Suely Lima Pereira**, suplentes do Setor Empresarial; **Antonio Renan Arrais**, titular dos Trabalhadores da área de C&T; e ainda com a presença de membros das equipes técnicas da Finep: Alberto Pinheiro Dantas, Marcelo Silva Bortolini de Castro, Janaína Prevot Nascimento, Adriano Lattarulo e Ana Czeresnia Costa; Paulo Henrique Santos, do BNDES; Sérgio Lucas e João Gonçalves Festas, do Ministério da Defesa; Luciano Cunha de Sousa, do Ministério da Economia; Sônia Nair Bão, do Ministério da Educação; Marcos Arcuri, da CNI; Carlos Alberto Flora Baptistucci, da Secretaria-Executiva SEXEC/MCTIC; Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim e Eduardo Soriano Lousada, da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI/MCTIC; Johnny Ferreira dos Santos, Yuri Rafael Della Giustina e Lilian Rose Peters, do Departamento de Governança Institucional – DGI/MCTIC. O Secretário-Executivo deu início a reunião e explicou que o Ministro estava em uma reunião virtual com o Conselho da Amazônia, presidido pelo Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão, e que se juntaria ao restante do Conselho assim que fosse possível. Os presentes identificaram-se ao Secretário dentro do ambiente virtual, restando dispensada a assinatura da lista de presença. Dando seguimento à reunião, concedeu a palavra ao Sr. Yuri que discorreu acerca do primeiro item da pauta: **1. Aprovação da ata da 18ª reunião ordinária de 2019.** Ele explicou aos conselheiros que a ata havia sido disponibilizada por e-mail para análise e alterações cabíveis, sendo aceitas todas as sugestões e incorporadas ao texto principal. A ata foi considerada aprovada sem restrições, e, por unanimidade. **2. Ajustes nos Normativos do FNDCT.** O Sr. Yuri apresentou as contribuições feitas aos normativos do FNDCT para apreciação e deliberação. A primeira contribuição veio do representante do BNDES que sugeriu a inserção do Ministério da Economia para análise da lista sêxtupla de indicação dos representantes do Setor Empresarial, na composição do Conselho diretor do FNDCT. Foi apresentado aos presentes que, em anos anteriores, antes da fusão dos Ministérios, seguindo a Lei nº 11.540/2007, art. 2º, § 4º, esta responsabilidade era dividida entre os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em virtude da fusão dos ministérios, as funções do antigo MDIC ficaram a cargo do Ministério da Economia. Colocada em votação, a proposição foi aprovada, por unanimidade, ficando o texto com a seguinte redação: “§ 5º Os representantes, titulares e respectivos suplentes, do setor empresarial serão escolhidos pelos Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia e da Economia, a partir de lista sêxtupla indicada pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, e designados em Portaria do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.” A segunda sugestão, encaminhada pela Sra. Gianna Cardoso Sagazio, representante do Setor Empresarial, foi a de que no Item 6 do Manual Operativo, que apresenta a composição do Conselho, tivesse a inclusão de outros Ministérios-fim, como: Saúde, Energia, Agricultura, além dos já elencados Ministérios da Ciência e Tecnologia, Educação, Economia e Defesa. Sobre esta sugestão foi discutido que a composição do Conselho Diretor do FNDCT era regida por Lei e, mesmo sendo considerada pertinente, apenas uma alteração da Lei poderia modificar a composição do Conselho. Neste momento o Sr. Zarak, representante do Ministério da Economia, lembrou que havia sido realizada uma solicitação, por parte do respectivo Ministério, de alteração da quantidade de representantes, reduzindo de três para dois. O Sr. Yuri respondeu que sua solicitação havia sido encaminhada para a CONJUR, que a rejeitou, citando novamente a determinação legal e a impossibilidade de alteração da Lei sem a devida tramitação de instrumentos jurídicos para tal. Desta forma, a solicitação de alteração do Item 6 do Manual Operativo do FNDCT foi rejeitada, por unanimidade. Em seguida, também encaminhada pela Sra. Gianna, foi discutida a alteração do Item 15.8 do Manual Operativo, que versa sobre avaliações. Neste item sugeriu-se, como forma de induzir esses processos e dar ênfase ao impacto das ações, alterar a redação para a inserção da periodicidade anual nas avaliações, de forma que o texto do item ficasse assim: “efetuar avaliações anuais sobre o impacto da execução orçamentária e financeira do FNDCT;”. Sobre esta sugestão os representantes do MCTIC se colocaram a favor da questão “anual”, seguidos pelos demais. Porém, a palavra “impacto” gerou uma vasta discussão, ao passo que Presidente da Finep informou que a avaliação de impactos requer análise de projetos mais antigos e sugeriu “impacto de projetos de exercícios anteriores”. Em seguida a este item, de forma similar, no item 15.9 do Manual Operativo, sobre os recursos geridos por Comitês Gestores, foi sugerida uma alteração inserindo a letra “c” com a seguinte redação: “acompanhar e avaliar o impacto da aplicação dos recursos”. Esta sugestão provocou a continuidade dos questionamentos, que versaram sobre de que forma o impacto estava sendo considerado, se voltado à avaliação da execução orçamentária. Foi colocado que o MAG seria o canal no FNDCT para tal avaliação, sobre a diferença entre impacto x resultados. O Sr. Carlos Gadelha, representando a Comunidade Científica, colocou sua preocupação quanto à avaliação de impacto requerer uma metodologia complexa, enquanto que a avaliação e o monitoramento de resultados seriam mais viáveis. Lembrou também que colocar nos normativos uma questão tão complexa poderia gerar questionamentos por parte dos órgãos de controle. Por fim, o Conselho entendeu que a concepção proposta pelo Sr. Carlos Gadelha seria a mais apropriada para o momento, sendo aprovado e acrescentado um item “c”, no item 15.9 com o texto: “monitorar e avaliar os resultados da aplicação dos recursos”. O próximo ponto para ajustes foi o Item 27, onde consta que o Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente a cada semestre, por convocação de seu Presidente, e extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de seu Presidente ou de 1/3 dos seus membros. Para este ponto foi sugerida a inclusão de um item que definisse a periodicidade mínima para as reuniões (talvez a cada 4 meses) e que fosse previsto assegurar que o Presidente do Conselho, o Ministro de Estado do MCTIC, estivesse presente, em período integral, na maioria delas. A Sra. Gianna explicou sua sugestão colocando aos demais que o FNDCT era o principal Fundo de fomento da C&T do País e que as reuniões eram muito importantes para o devido acompanhamento das execuções do mesmo. Entretanto, a sugestão não foi aprovada. A sugestão seguinte, encaminhada pelo Sr. Carlos Gadelha, da Comunidade Científica, relativa ao Art. 9º sugeria a apresentação de Notas Informativas necessárias com o intuito de tirar dúvidas pertinentes. A proposta foi aprovada e, ao Art. 9º foi acrescido um parágrafo, a saber: “§8º A abertura do procedimento de que trata o caput deste Artigo deverá vir acompanhada de Nota Informativa sobre a matéria a ser votada.” O próximo ajuste foi sugerido pela equipe da CGGF/MCTIC, onde o Anexo 4, item a), inciso iii, subitem “e” ficaria com a seguinte redação: “- previsão de valores de retorno dos empréstimos da Finep para o FNDCT e dos tomadores para a Finep com projeção de, no mínimo, dez anos;” também aprovada pelos membros presentes. Em seguida, também por sugestão da equipe da CGGF/MCTIC, foi incluído um procedimento para o caso de Emendas Parlamentares. Neste sentido, sugeriu-se a alteração da Portaria 7.252/2019-MCTIC (com pré aprovação do Conselho para inclusão no Manual Operativo caso a proposta seja aceita pelo Ministro), no item 38, onde constam as competências do Presidente do Comitê de Coordenação do FNDCT, foi sugerido mais um ponto, a saber: “38.9. Homologar as Cartas Propostas originadas de Emendas Parlamentares com recursos consignados na Lei Orçamentária Anual, encaminhando-as diretamente para a Secretaria-Executiva do FNDCT/Finep para adoção das medidas cabíveis.” Esta proposta foi aprovada. O último ajuste proposto, encaminhado pelo Sr. Gláucius Oliva, da Comunidade Científica, tinha o objetivo de resolver um conflito de atribuições nos normativos: Regimento Interno do CD/FNDCT e Manual Operativo do FNDCT e o intuito de dirimir a dúvida conceitual sobre quem efetivamente aprovaria os itens elencados, o CD/FNDCT ou o Ministro. Ficou aprovada a sugestão do Sr. Gláucius para alterar o Regimento Interno Art. 3º, Inciso XII com o correspondente rebatimento no Manual Operativo: “XII. aprovar a programação orçamentária que integrará o Plano Anual de Investimento referentes à: a) subvenção econômica; b) equalização de encargos financeiros de operações de crédito realizadas pela Finep; c) participação no capital de empresas mediante fundos de investimentos; d) garantia de liquidez de fundos de investimentos;”. Findo este item de pauta, passou-se ao próximo ponto. **3. Relatório de Resultados do FNDCT/2019.** A Sra. Ana Costa, Superintendente em Exercício da Área de Planejamento – APLA – da Finep, apresentou uma súmula do Relatório de Resultados, anteriormente encaminhado por via eletrônica para os presentes. Segundo a Sra. Ana

Costa, o Relatório de Resultados foi uma determinação em alinhamento à antiga IN nº 2/2010 do FNDCT e pela Determinação 9.1 do Acórdão 3440/2013 TCU que determinou à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, até 30 de junho de 2014, elaborasse o Relatório de Resultados do FNDCT relativo ao exercício de 2013 (...), devendo, em seguida, manter relatórios anuais de avaliação nos exercícios subsequentes, nos termos do art. 9º, IX, da Lei nº 11.540/2007. Explicou que a metodologia de elaboração do Relatório tinha por base os projetos encerrados no último exercício e os investimentos retornados ao FNDCT em 2019. Para a elaboração foram considerados os valores liberados, o número de projetos atendidos, a localização geográfica do executor, o porte da empresa, o setor econômico, a área de conhecimento e o objeto do financiamento. Foi informado que, uma avaliação mais profunda dos projetos só seria possível com a implantação do Modelo de Avaliação Global do FNDCT (MAG), ainda em implantação. Quanto à modalidade não reembolsável, informou que houve 155 projetos tecnicamente encerrados em 2019 e que o valor liberado para eles foi da ordem de R\$ 461 milhões. Destes, 40% relacionava-se à Infraestrutura, 46% a projetos de pesquisa, 7% a Serviços Tecnológicos/Extensionismo e 7% ao Cooperativo ICT/Empresa. Quanto à distribuição regional, a Sr. Ana afirmou que 62% encontravam-se na Região Sudeste, mas explicou que, apesar dessa concentração regional, os 155 projetos foram executados por 93 instituições diferentes, em 21 unidades da Federação. Da Subvenção, comentou que 29 projetos foram encerrados em 2019. E da modalidade reembolsável, 51 projetos foram encerrados em 2019. Quanto aos Investimentos em Fundos, mostrou que quatro empresas foram desinvestidas em 2019. Foi informado aos membros que estava em curso uma nova metodologia de avaliação. Aproveitou o momento para dizer que em 2018, a Funcamp e a UFRJ foram contratadas para avaliação de resultados da carteira da Finep - 2005 a 2015, e que esta equipe havia avaliado resultados de projetos encerrados, divididos pelos seguintes grupos de fomento: ICT-Pesquisas, ICTs-Infraestrutura, Subvenção e Crédito. Informou que nas ICT-Pesquisas, foram encontrados efeitos positivos nas equipes de projetos financiadas pela Finep nas publicações em periódicos, argumentando que houve uma diferença significativa na média de publicação em periódicos, entre projetos aprovados e denegados, um crescimento maior no grupo financiado pela Finep do que no grupo de controle. Comentou que os artigos publicados pelas equipes participantes de projetos, oriundos de aprovação em Chamadas Públicas e em Encomendas, apresentavam taxas maiores de citação do que àqueles publicados por equipes integrantes do grupo de controle (projetos denegados em chamadas públicas) que a média do Brasil. Em relação aos ICTs-Infraestrutura, colocou que mais da metade (52%) das infraestruturas financiadas apoiaram a criação de novos programas de pós-graduação, destes, 48% no Nordeste, Norte e Centro Oeste, contribuindo, deste modo, para desconcentração da capacidade de pesquisa, que o percentual de publicações, em parceria com empresas, aumentou consideravelmente no período e que o impacto dessas publicações (em termos de citações) era superior às publicações do Brasil em coautoria com empresas. No tocante à Subvenção, ela afirmou que houve um impacto positivo de 14% da Finep Subvenção na intensidade em PDI (gastos em PDI/faturamento), demonstrando que a participação tinha crescido 9% nas empresas com o benefício e havia caído 5% no grupo de controle. Explicou que o “efeito Finep Subvenção” estava associado a um impacto superior a duas vezes na geração de direitos de propriedade intelectual no país. Conclusões similares eram extraídas das análises de dados secundários do INPI. Quanto ao Financiamento Reembolsável (Crédito), indicou que houve um incremento de 15% no número de colaboradores envolvidos em atividades diretamente ligadas à inovação tecnológica após o período do projeto. No grupo de comparação comentou que houve uma queda de 44% no mesmo período. Afirmo ter havido também um incremento de 15% na remuneração dos funcionários associadas ao fomento Finep em valores reais no período e uma queda de 5% do grupo de controle, o que era um indicativo clássico de avanços mais significativos nos índices de produção do fator trabalho. Por fim, concluiu sua participação apresentando os próximos passos subsequentes para avaliação de resultados e impactos, a saber: definição estratégica de comunicação dos resultados de estudos realizados sobre resultados e impactos; validação metodológica com o GATT; implementação do módulo de avaliação nos sistemas de acesso aos financiamentos da Finep; projeção de novas avaliações externas e independentes contratadas periodicamente; identificação, teste e validação de indicadores de resultados e impactos para os demais grupos de fomento: crédito descentralizado, investimento e eventuais novos produtos; e desenvolvimento de protocolo metodológico para os novos grupos de fomento. Após a apresentação houve questionamentos. Um deles foi quanto ao prazo de execução de projetos com tempo igual ou maior que cinco anos. O Secretário Júlio Semeghini sugeriu estudos para analisar as causas de atrasos. O Sr. Bortolini explicou que, segundo análises feitas na Finep, o longo tempo de duração decorre de questões referentes ao planejamento dos projetos, desde a elaboração de projetos executivos, no caso dos projetos que incluem a execução de obras, até outros impasses, que poderiam intervir no processo. O Sr. Luciano, do Ministério da Economia, questionou a discrepância da distribuição regional, e da pequena participação do Nordeste nos resultados apresentados. Perguntou se algo havia sido feito neste sentido. O Presidente da Finep interveio explicando que no programa Finep Start Up havia uma concentração nas regiões Sul e Sudeste, e afirmou que, para reverter a situação, a Finep estava investindo em Escritórios Regionais, tendo um na Região Norte há aproximadamente um ano e meio e outro no Nordeste há cerca de dois anos. Foi colocado também que, dentro do Conselho de Administração, estavam repensando os critérios. O Sr. Bortolini explicou que nos projetos não reembolsáveis existe um controle de partida, o critério de 30% para N, NE e CO no processo seletivo das chamadas. Afirmo, porém, que não se tinha o controle de chegada, pois isto dependeria fortemente da capacidade gerencial do executor do projeto. Além disso, explicou que o Relatório demonstrava apenas o conjunto de projetos que se encerravam em 2019, alegando que este conjunto não apresentava necessariamente o percentual previsto nos normativos, proporcionando um viés na leitura dos indicadores desejáveis. O Sr. Benedito, Presidente da CAPES, relatou que ao ler o Relatório sentiu falta da citação da participação das universidades nos projetos apresentados. Nesse momento, houve uma discussão ampla sobre este questionamento e foi sugerida que, nos próximos relatórios, a participação das universidades fosse mais detalhada. O Sr. Glaucius Oliva mencionou a Subvenção e outras iniciativas em que a parceria da universidade faz parte intrínseca dos programas. O Secretário Semeghini agradeceu e elogiou a participação do Sr. Glaucius e complementou citando que cada perfil de programa tem seu objetivo e detalhamento de parcerias. O Sr. Glaucius ainda explanou sobre os INCTs mas o Sr. Benedito insistiu que, no relatório, em nenhum projeto contemplava a participação das universidades. Neste momento, o Sr. Luiz Davidovich reforçou a importância dos INCTs. Sem mais discussões, o Sr. Yuri colocou em tela a resolução de aprovação do Relatório de Resultados que foi dado como aprovado, e, por unanimidade.

4. Tópicos do FNDCT no Relatório de Gestão do MCTIC. A Sra. Janaina Prevot Nascimento iniciou sua apresentação dizendo que a forma de elaborar o Relatório de Gestão foi alterada pela nova Decisão Normativa TCU nº 178/19 em que a UPC do FNDCT era o MCTIC. Explicou que este normativo colocava um novo papel para a Finep, o de envio das informações, conforme roteiro sugerido pelo MCTIC. Neste novo formato foram exigidos: (a) a missão e formas de apoio; (b) o histórico; (c) a composição do Fundo; (d) o planejamento estratégico e operacional; (e) as demonstrações financeiras; (f) os resultados do fundo – Relatório de Resultados. Afirmo que o Relatório tem o objetivo de fazer uma breve análise do ambiente externo, mostrando, que, na dimensão político-institucional, o FNDCT foi bastante marcado pela PEC dos Fundos, a dimensão de CT&I, em obediência a ENCTI e os próprios objetivos para o qual o Fundo fora criado e, na dimensão econômica, fez uma análise da arrecadação, que em 2019 foi de R\$ 6,3 milhões, sendo que o orçamento autorizado foi de R\$ 851 milhões. Foi apresentado um quadro com o Modelo de Negócios que era composto por uma parte chamada Insumos, composta pelos recursos financeiros que são transformados em projetos por meio das agências e do próprio Conselho Diretor. Demonstrou que na parte de Processos, a governança era um ponto bastante discutido, muito observado pelo Tribunal de Contas. Relatou que no ano passado houve um trabalho conjunto para alterar alguns pontos na governança do Fundo, buscando simplificar, ajustar e atualizar normativos. Em relação ao planejamento estratégico, explicou que ele estava muito voltado para as possibilidades da execução orçamentária do Fundo, sendo que o perfil dessa execução estava marcada pela Equalização que, pela restrição orçamentária acabava tomando um volume percentual importante. Comentou que o desembolso financeiro estava bastante concentrado nos projetos de pesquisa do FNDCT, afirmando que 241 convênios receberam recursos financeiros e 942 contratos receberam recurso de Equalização. Terminada a apresentação foi dada a palavra aos conselheiros. O Sr. Bruno Brasil, representando a Embrapa, questionou que no Modelo de Negócios apresentado, não aparecia nos resultados a palavra “Inovação”. Considerou que, no que se refere aos efeitos, depois de toda a discussão acerca da questão dos impactos e do MAG, eles iriam além do “Desenvolvimento Tecnológico”, pois era observado, não apenas no âmbito de tecnologia, mas também na ciência, como principal provedora da tomada de decisão, tendo impacto não apenas no desenvolvimento tecnológico, mas também no desenvolvimento sustentável, interferindo na área econômica e social. Pegando uma analogia do momento, colocou a contribuição de ciência e da tecnologia, na pandemia do Covid-19, argumentando que não se tratava somente do teste da Cloroquina, do desenvolvimento da vacina, e afirmou que essa contribuição geraria toda informação e conhecimento que auxiliaria na tomada de decisão dos gestores dos Estados e do País, pois isso era a essência da ciência. Acrescentou ainda que a própria questão de políticas públicas e de decisões era embasada em dados científicos, e que as pesquisas fomentadas pelo FNDCT resultavam em subsídios para toda a cadeia de informações, marcando seus efeitos de forma mais ampla que só o desenvolvimento tecnológico em si. O Presidente da Finep interveio agradecendo a colaboração e informou que o MCTIC concluiu seu mapa estratégico, o que garantia que, no próximo Relatório, estes elementos seriam incluídos reforçando a produção do conhecimento como ponto importante. O Sr. Jorge Audi, reforçou a análise do representante da Embrapa, defendendo que o plano “Efeitos” seria muito mais completo se fossem colocados os desenvolvimentos econômico, social e ambiental, além de ter afirmado sentir falta de citação sobre Inovação. Houve um acordo amplo entre os membros sobre estas considerações. O Sr. Ministro Marcos Pontes se junta aos demais conselheiros desculpando-se pelo atraso, em virtude de seu compromisso anterior com o Vice-Presidente. Cumprimentou a todos, agradeceu pelas colaborações e informou aos presentes que, assim que iniciou seu mandato, destacou seus secretários para a tarefa de construir um plano estratégico onde fossem elencados importantes elementos para a construção do que a nova administração acreditava ser o âmago de um plano para a ciência e tecnologia, neste sentido, somar-se a produção de riquezas, qualidade de vida e geração de conhecimento e tecnologias, entre outras. Considerou então que as colaborações apresentadas estavam fortemente alinhadas ao

espírito estratégico do Ministério. Com esta discussão encerrada foi colocada para o Conselho a Resolução de aprovação do Relatório de Gestão 2019 para votação. Sendo considerada aprovada, por unanimidade, passou-se ao próximo ponto de pauta. **5. Planos Anuais de Investimento 2020 – Reembolsável e Não Reembolsável.** O Sr. Adriano Lattarulo, da Finep, apresentou o Plano Anual de Investimento Reembolsável, que tem como fonte orçamentária a Ação 0A37 – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas - UO 74910 – Operações de Crédito que, em 2020, é da ordem de R\$ 1.627.294.336,00, que corresponde à 25% da arrecadação prevista. Foi apresentado um quadro com duas categorias de programas, onde estes recursos estavam previstos para utilização: os **Diretos** - Finep Conecta, Finep IoT, Finep Educação, Finep Aquisição Inovadora Energia e o de Aquisição Inovadora Software; e os programas **Indiretos** - Finep Inovacred, Finep Inovacred Despesas de capital de giro, Finep Inovacred Expresso, Finep Inovacred Conecta, Aquisição Inovadora Software e Energia Descentralizado e Finep Inovacred 4.0. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Alberto Dantas, Diretor de Inovação, que recebeu a incumbência, do Presidente da Finep, de explicar a questão das estratégias da Agência para contemplar as Regiões Norte e Nordeste. O Sr. Dantas informou que a Finep tem realizado contratos descentralizados com agentes financeiros como Cresol, BRB que aportam recursos mais descentralizados. Na parte dos Escritórios Regionais, afirmou que a Finep possuía um em Belém e que estavam trabalhando remotamente também em Manaus, onde aportam recursos ultimamente para a AFEAM. Ao finalizar a apresentação, o Sr. Glaucius Oliva perguntou o quanto desses recursos estava previsto para continuarem com as contratações já realizadas e o quanto para novas contratações. O Sr. Lattarulo informou que eles têm na carteira cerca de R\$ 7 bilhões a serem contratados, das empresas que já eram contratadas, para financiar ao longo de contratos que irão até cerca de 10 anos. Desses, R\$ 1,6 bilhão vai complementar o caixa da empresa para que consigam a liberação projetada no Plano de Investimento, de R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 1,1 bilhão para os já contratados e R\$ 1,0 bilhão para novas contratações. Não havendo mais questionamentos, foi colocada em votação a Resolução que aprova o Plano Anual de Investimentos Reembolsáveis para o exercício de 2020. Assim, com a anuência de todos os presentes, o plano foi aprovado, e, por unanimidade. **Plano Anual de Investimento Não Reembolsável.** Este plano foi apresentado pelo Sr. Adriano Lattarulo. Inicialmente foi mostrado um quadro com a composição dos recursos, onde, foi colocada a composição da LOA do FNDCT para 2020 totalizando R\$ 6,5 bilhões. Destes, R\$ 600,0 milhões são para as ações Não Reembolsáveis, R\$ 4,3 bilhões para a Reserva de Contingência e R\$ 1,6 bilhão para o empréstimo da Finep, como já tinha sido apresentado anteriormente. A Sra. Janaína complementou informando que existem ainda R\$ 9,7 milhões em Emendas Parlamentares, que fazem parte do orçamento impositivo, e que portanto não fazem parte da deliberação do Conselho Diretor. Em seguida, foi apresentado o conjunto das demandas da carteira ativa (Tabela 1). Nesta tabela as demandas estavam divididas por Fundos Setoriais, Ações Transversais, Operações Especiais e Demais Ações. O total a empenhar previsto para 2020, totalizava R\$ 806 milhões, sendo que a Equalização é da ordem de R\$ 254 milhões, para os Fundos Setoriais R\$ 206 milhões, e as Demais Ações R\$ 80 milhões. Para o orçamento de 2020, afirmou ter R\$ 116 milhões para os Fundos Setoriais, cerca de R\$ 350 milhões para Operações Especiais e R\$ 70 milhões para as Demais Ações, totalizando R\$ 600 milhões, o que resulta num saldo orçamentário da ordem de R\$ 206 milhões.

Tabela 1. Demanda por recursos: Carteira Ativa - FNDCT 2020

FUNDOS	Total a empenhar 2020	Orçamento 2020	Saldo orçamentário 2020
Fundos Setoriais	205.933.161	116.511.020	(89.422.141)
CT-Aeronáutico	16.452	600.000	583.548
CT-Agronegócio	1.153.697	50.000	(1.103.697)
CT-Amazônia	-	50.000	50.000
CT-Biotecnologia	-	50.000	50.000
CT-Energia	-	50.000	50.000
CT-Espacial	-	50.000	50.000
CT-Hidro	-	50.000	50.000
CT-Info	-	50.000	50.000
CT-Infra	195.468.862	113.616.020	(81.852.842)
CT-Mineral	-	50.000	50.000
CT-Petro	2.090.412	245.000	(1.845.412)
CT-Saúde	5.176.169	50.000	(5.126.169)
CT-Aquaviário	250.000	50.000	(200.000)
CT-Transportes	-	50.000	50.000
CT-Verde-Amarelo	1.777.569	1.500.000	(277.569)
Ação Transversal	151.492.975	66.402.012	(85.090.964)
Operações Especiais	369.205.834	348.070.648	(21.135.186)
Equalização de taxa de juros	253.973.523	297.330.423	43.356.900
Investimento em empresas inovadoras	39.754.426	50.000	(39.704.426)
Instrumentos de garantia de liquidez	-	-	-
Subvenção	75.477.885	50.690.225	(24.787.660)
Demais Ações	79.621.386	69.110.682	(10.510.704)
Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro	-	94.362	94.362
Projetos Institucionais (CNPq)	59.300.000	48.966.320	(10.333.680)
Promoção de Eventos	-	50.000	50.000
Projetos Institucionais (INCT)	20.321.386	20.000.000	(321.386)
TOTAL DO FNDCT (UO 24901)	806.253.357	600.094.362	(206.158.995)

Em seguida, o Sr. Lattarulo apresentou a demanda por recursos de Equalização para os próximos 10 anos. Na Tabela 2, o valor apresentado o ano de 2020 apresenta R\$ 271 milhões, porém afirmou que houve uma sobra de consumo de equalizações de 2019, da ordem de R\$ 16 milhões, e que por essa razão, o valor líquido é de R\$ 254 milhões. Na tabela foi demonstrado o detalhamento, por categoria de projetos, de como os recursos de Equalização serão distribuídos. Neste quadro, verificou-se que a projeção para os próximos dois anos é bem similar, decrescendo a partir de 2023. A previsão para 2020 é que a Finep faça liberações de R\$ 2,1 bilhões e, a partir dos anos subsequentes, estaria previsto o crescimento de 1% ao ano das novas liberações de financiamento.

Tabela 2. Demanda por recursos: Equalização nos próximos 10 anos

Estimativa de juros equalizados	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Projetos contratados	263	237	203	157	113	84	61	41	22	8
Projetos contratados - liberações realizadas	244	193	144	98	64	45	31	20	11	5
Projetos contratados - liberações a realizar	19	45	59	59	49	39	30	21	11	3
Projetos a contratar - Demanda potencial	7	33	63	96	137	172	206	236	263	285
Total	271	270	266	253	250	256	267	277	285	293

Quanto à Taxa de Administração, em linha com o que vem acontecendo desde o ano passado, informou que a Finep vem trabalhando para reduzir os custos proporcionalmente à redução que houve com o orçamento do Fundo de R\$ 851,0 milhões para R\$ 600,0 milhões. Assim, a Finep propôs para Taxa de Administração o valor de R\$ 41,0 milhões, uma redução de 29,5% em relação ao Teto de 2019. Em relação às Despesas Operacionais, onde estaria previsto até

5% da arrecadação de cada fonte de receita, afirmou que estavam sendo propostos R\$ 25,2 milhões, o que também demonstrava uma redução importante em relação ao que vinha sendo praticado. Segundo destacou o Sr. Adriano Lattarulo, a Finep vem investindo bastante na racionalização dos custos juntamente com o aumento da produtividade, o que resultou em quedas significativas. Neste sentido, no ano de 2018 as Despesas Operacionais foram da ordem de R\$ 40 milhões, em 2019 elas caíram para R\$ 35 milhões e este ano propuseram um teto 30% abaixo, sendo R\$ 25,2 milhões. Dando seguimento à apresentação do Plano Anual de Investimentos Não Reembolsáveis, passou-se para a Tabela 3, que trazia a lista de novas iniciativas para fomento em 2020. Para falar sobre esta tabela e as propostas de priorização, foi chamado o Sr. Bortolini. Ele iniciou lembrando a fala do Sr. Lattarulo, de que a demanda por recursos já extrapolava a disponibilidade de recursos orçamentários da Finep. Em função disso, comentou que o quadro era pior, no ano anterior, e que nada foi feito em relação a novas ações. Informou aos membros que, para 2020, estavam propondo algumas ações, tendo em vista o consumo dos recursos não reembolsáveis em 2019, liberando um pouco de orçamento, momento em que consideravam viável a inserção de novas chamadas. Explicou algumas iniciativas propostas pela Finep como o SOS Equipamentos, visando apoio financeiro contínuo para a manutenção corretiva de equipamentos multiusuários de médio e grande porte. Além desse projeto, explanou sobre o Programa Centelha II, que visa estimular a criação de empreendimentos inovadores, a partir da geração de novas ideias, e disseminar a cultura do empreendedorismo inovador em todo território nacional, incentivando a mobilização e a articulação institucional dos atores nos ecossistemas locais, estaduais e regionais de inovação do País. Com esta segunda versão, comentou que contavam com a participação de todos os Estados do país, atingido os 26 Estados e o Distrito Federal. A Chamada para Projetos Executivos objetiva a concessão de recursos para elaboração de projetos executivos antecedendo o financiamento de obras de modo a reduzir o risco no fomento à infraestrutura de pesquisa. Informou que esta iniciativa visava reduzir incertezas quanto à execução dos projetos no âmbito das chamadas públicas do CT-INFRA, lançadas pela Finep, uma vez que as Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICTs), de uma forma geral, elaboram projetos arquitetônicos sem a precisão de um projeto executivo. O Sr. Bortolini explicou que este ano, ao invés de lançar uma chamada do CT-INFRA, seria lançada uma chamada para Projetos Executivos, e que nos próximos anos seriam lançadas as chamadas clássicas de infraestrutura. Explicou que com a existência de um projeto executivo consistente, com um bom dimensionamento de custos, de prazos, o financiamento de grandes obras ficaria bem seguro. Apresentou outro projeto elencado na proposta de novas ações: o Desafio Start Up. Expôs que ele era um projeto competitivo, que visava estimular o empreendedorismo inovador promovendo o encontro de empresas com desafios tecnológicos, propostos por instituições, em um ambiente de colaboração e de geração de negócios para acelerar o desenvolvimento tecnológico de forma prática, assertiva e confiável. Argumentou que nesta proposta, estava prevista a seleção de cinco empresas que deveriam solucionar um desafio tecnológico. Informou que estavam sendo propostas também mais três ações, centradas em temáticas prioritárias do MCTIC, chamadas públicas essas que envolveriam, não só ações de fomento para ICTs, mas também Subvenção a empresas nas áreas de materiais avançados, tecnologias assistivas e temas prioritários. Além disso, comentou que haviam várias outras proposições que não eram diretamente da Finep e deixou a palavra aberta, consultando o Ministro se deveria falar sobre cada uma delas, ou se concederia a oportunidade de que cada um apresentasse a sua.

Tabela 3. Demanda por recursos: Novas iniciativas – FNDCT 2020

Proposta	Ação Orçamentária	Valor (R\$)					
		2020	2021	2022	2023	2024	2025
SOS Equipamentos	Ação Transversal	6.000.000	12.000.000	12.000.000	-	-	-
Programa CENTELHA II	Subvenção	27.000.000	27.000.000	-	-	-	-
Programa CENTELHA II (parceiros + bolsas)	Ação Transversal	6.700.000	6.700.000	-	-	-	-
2ª Chamada Pública Finep – IIA (Israel Innovation Authority)	Subvenção	1.000.000	4.000.000	-	-	-	-
Aplicação do Modelo de Avaliação Global (MAG) - IBICT	Ação Transversal	1.600.000	2.400.000	1.135.000	-	-	-
P,D&I em Tecnologia Assistiva	Subvenção	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	-	-
	Ação Transversal	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	-	-
Grafeno e Materiais Avançados	Subvenção	5.000.000	7.500.000	7.500.000	-	-	-
	Ação Transversal	5.000.000	7.500.000	7.500.000	-	-	-
Chamada Pública Brasil-Alemanha em P&D em Bioeconomia	Ação Transversal	1.000.000	2.000.000	1.650.000	-	-	-
RenovaBio – Política Nacional de Biocombustíveis	Ação Transversal	860.000	1.700.000	-	-	-	-
Projetos dos Cenários Futuros de Domínio Aéreo	Ação Transversal	2.300.000	500.000	500.000	-	-	-
Chamada Pública Conjunta Brasil-Suécia – Cooperação ICT-Empresa	Ação Transversal	-	1.500.000	1.500.000	-	-	-
Tecnologias 4.0	Subvenção	5.000.000	20.000.000	15.000.000	10.000.000	-	-
Projetos Executivos para Obras de Infraestrutura de Pesquisa	Ação Transversal	5.000.000	-	5.000.000	-	-	-
Programa DESAFIO FINEP START UP	Subvenção	1.000.000	3.000.000	5.000.000	-	-	-
Diálogo Nobel no Brasil	Ação Transversal	1.540.000	-	-	-	-	-
Encomendas do Ministério da Defesa	Ação Transversal	37.663.000	29.909.660	34.265.000	34.335.000	28.000.000	14.000.000
TOTAL GERAL		114.163.000	133.209.660	98.550.000	51.835.000	28.000.000	14.000.000

Retomando a palavra, a pedido do Sr. Ministro, o Diretor Lattarulo pediu licença para apresentar o próximo slide, onde foi demonstrado o Plano de Investimento Não Reembolsável e a proposta de alocação de recursos (Tabela 4). Na tabela foi apresentado o orçamento de R\$ 600 milhões, a distribuição dos compromissos, as demandas contratadas e em contratação, a Equalização, as Taxas e as Despesas Operacionais, as Novas Iniciativas e as Demandas do CNPq, totalizando um compromisso de R\$ 986,6 milhões, não levando em consideração os R\$ 600 milhões, ficando um "gap" de R\$ 386 milhões. Em seguida, foi apresentada a segunda coluna da Tabela 4, onde estavam os compromissos que foram priorizados, e na última coluna, em verde ficaram os projetos que não foram priorizados, a saber: R\$ 210 milhões da demanda da carteira contratada, R\$ 97 milhões da carteira em contratação e R\$ 79 milhões da demanda do CNPq, totalizando os R\$ 386 milhões. Assim, foi finalizada a apresentação do Plano de Investimento Não Reembolsável.

Tabela 4. Plano de Investimento Não Reembolsável 2020 Proposta de Alocação de Recursos

	2020 (Total)	2020 (Priorizados)	% Atendimento	2020 (Não Atendidos)
Orçamento 2020	600.094.362	600.094.362	61%	
Total Compromisso 2020	986.616.357	600.094.362		386.521.995
Demanda Carteira Contratada	365.242.352	155.234.746	43%	210.007.606
Demanda Carteira em Contratação	107.737.482	10.523.093	10%	97.214.389
Demanda Equalização	253.973.523	253.973.523	100%	-
Taxa de Administração	41.000.000	41.000.000	100%	-
Despesas Operacionais	25.200.000	25.200.000	100%	-
Demanda Novas Iniciativas	114.163.000	114.163.000	100%	-
Demanda do CNPq	79.300.000	-	0%	79.300.000
Déficit Orçamentário	-386.521.995	0		386.521.995

O Ministro agradeceu pela apresentação e iniciou alguns comentários sobre o contexto atual, a respeito de uma notícia que tinha acabado de receber sobre algumas coisas em relação ao Comitê Organizador do Fundo Amazônia e o Covid-19. Contou o Ministro que, em 2019, foi realizada uma reestruturação do Ministério, relatando ter havido um reforço de trabalho, não só nas funções globais da política, mas também referente à importância da pesquisa básica, passando pelas inovações, chegando a tecnologias aplicadas e com certas áreas de prioridades de tecnologias para o momento atual. Dentro desse esforço, foram dadas a estrutura do Ministério para acompanhar os projetos desde TRL 1 ao TRL 9. E afirmou ter alguns elementos que eram essenciais pra isso, no sentido de manter esse fluxo funcionando, de um lado o CNPq, somada a pesquisa básica, de outro a Finep, no tocante às inovações, a Embrapii e agora os Fundos Patrimoniais que foram criados no ano passado, além de

outras alternativas que tinham sido pensadas pelo Marcelo Morales e sua equipe, num trabalho magnífico. Em 2019, quando saiu a reestruturação ministerial, comentou que todos se esforçaram para “apagar uma série de incêndios”, dizendo que isso era importante de se colocar, e afirmou considerar essencial a união de toda a equipe para se vencer os desafios impostos pelas restrições orçamentárias. Disse ainda que, no ano passado, concentrou esforços ficando extremamente focado no CNPq, em relação à questão das Bolsas, comentando que isso foi muito estressante, que todo mundo havia acompanhado. O Ministro informou que o CNPq havia iniciado o ano com um déficit de R\$ 82 milhões, subindo para R\$ 250 milhões, totalizando R\$ 332 milhões, o que fez com que o seu foco ficasse muito voltado para a Agência. Reiterou que o CNPq e a Finep eram duas instituições muito importantes, nesse Sistema como um todo. Informou que assumiu o risco de não cortar nenhum tipo de Bolsa, apesar de todas as recomendações para que isso fosse realizado, afirmando que com isso assumiu a tarefa. Comentou que, baseado na resiliência e no convencimento do Congresso, graças a um esforço conjunto muito grande do Ministério, da comunidade científica, do Congresso e do Ministério da Economia, conseguiram chegar ao final no ano sem atrasar uma única Bolsa. Afirmou ter sido uma vitória muito grande, e que, além disso, colocou o orçamento completo de Bolsas do CNPq para 2020. Informou que ficou o déficit na área de Fomento, a ser trabalhado no decorrer deste ano. Com isso, colocou que outra vitória muito grande foi a inclusão do item não contingenciável no orçamento do MCTIC, indicando que isso veio de um esforço junto ao Congresso, depois de que o ele mesmo, enquanto Ministro, falou com o Presidente Bolsonaro, para que não vetassem aquele item, e informando que finalmente ele tinha ficado protegido. Comentou que o MCTIC tem um orçamento baixo, porém dada a importância da ciência e tecnologia, teriam argumentos para melhorar. Segundo o Ministro, seu foco em 2019 ficou muito voltado para o CNPq, e que neste ano ele se sentia mais tranquilo em relação àquela instituição, mas afirmou que não estava totalmente sossegado, em virtude de se ter muito trabalho ainda a ser feito. Quanto à Finep, o Sr. Ministro iniciou parabenizando a equipe, o Conselho e toda a direção, o Presidente Barroso, pelo trabalho realizado na redução de custos, este trabalho conjunto com o Ministério, que o CNPq também possui, para juntos poderem fortalecer todo o Sistema. Citou que se incomodava com números na tabela apresentado pela Finep, mesmo consciente de todo trabalho realizado para redução da parte de Equalização. Colocou que o valor grande ainda era um incômodo, pensando na Finep, enquanto uma instituição que não é um banco, e argumentou que a Agência era uma instituição para fomentar a estrutura de pesquisa nacional. Ele citou diversas reuniões em que participou, em vários lugares, entre o MCTIC e o Ministério da Economia, situação em que sempre defendeu a importância da Finep enquanto financiadora daquilo que é o futuro do País, em termos de desenvolvimento de tecnologias, desenvolvimento sustentável, qualidade de vida, entre outros. Enfatizou que a Finep tem uma importância grande neste contexto e conhecendo a carteira de projetos, a considerou muito tímida, afirmando que era preciso incrementá-la. Considerou que, na carteira apresentada, existiam muitos projetos importantes, mas que eram necessários mais recursos. Em tempo, informou que esteve reunido, instantes atrás, com o Conselho da Amazônia onde afirmou ter feito propostas para integrar o CT-Amazônia, afirmando que infelizmente ele contava apenas com R\$ 50 mil de orçamento, dizendo porém que poderia se empenhar no sentido de conseguir um descontingenciamento para o Comitê. Comentou que outra conquista recente foi a retirada do FNDCT da PEC dos Fundos. O Ministro informou também que havia conseguido um orçamento de R\$ 100 milhões para pesquisas no combate à Covid-19, recursos que vinham sendo trabalhados por uma rede de pesquisadores sob a coordenação da SEFAE/MCTIC, da equipe do Secretário Marcelo Morales, recursos estes para pesquisas a serem operacionalizadas pelo CNPq. Comentou que este recurso virá para o FNDCT que, através da Finep, será carreado para o CNPq. Afirmou que uma parte desses recursos, já estava sendo preparada em uma chamada que dentro dela estão separados R\$ 54 milhões em Fomento. Concluiu que, com toda a necessidade de ciência, com tudo que está acontecendo no País, não seria difícil obter recursos para dentro do CNPq, oportunidades que apareceram para mostrar a importância da ciência. E assim, afirmou estar mais tranquilo, pois, com uma carteira adequada à Finep, a colocaria em foco, sem contar com os projetos para o CNPq, que também teriam um trabalho de grande relevância. Considerou haver um esforço conjunto, o que tem demonstrado que a soma do Ministério com a comunidade científica, com a Finep e com o CNPq tem dado bons resultados. Agradeceu a atenção, se desculpou pelo longo discurso e deixou a palavra aberta aos membros para considerações. A primeira a tomar a palavra foi a Sra. Gianna Cardoso Sagazio que pediu licença para ler uma Nota preparada pela CNI, com a colaboração dos conselheiros Sr. Luiz Davidovich, pela ABC; Glaucius Oliva e Carlos Gadelha, pela SBPC; Jorge Luis Nicolas Audy da PUC do RS e; Franklin Luzes, da Microsoft. Enfatizou que a Nota ficaria aberta para outros conselheiros que porventura quisessem também assiná-la. A Sra. Gianna leu a Nota e solicitou que o texto fosse registrado em ata. O texto da Nota encontra-se registrado abaixo.

Nota dos Conselheiros do FNDCT

A pandemia de Covid-19 reforça a importância da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para a competitividade da economia brasileira e, acima de tudo, para a vida humana. O quadro atual demonstra a urgência de o país elevar os investimentos nessa área via Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – criado com essa missão.

Nesse sentido, encaminhamos ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) uma recomendação e uma deliberação relativas ao plano anual de investimentos do FNDCT, referentes à reserva de contingência do FNDCT e aos recursos de investimento do CNPq.

Em que pese o cenário orçamentário federal restritivo, é fundamental a liberação dos recursos do FNDCT para irrigar as atividades de pesquisa e inovação no Brasil. Essa é a principal fonte de recursos para ciência, tecnologia e inovação no país.

Segundo a Lei Orçamentária Anual, estima-se para 2020 uma arrecadação de aproximadamente R\$ 6,5 bilhões para o FNDCT. Contudo, desse total, cerca de R\$ 4,3 bilhões destinam-se à reserva de contingência, R\$ 1,6 bilhão a projetos reembolsáveis e somente R\$ 600 milhões estão previstos para fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico na academia e nas empresas.

Recorrer aos recursos do Fundo, permitirá atender à carteira de projetos do FNDCT, que demanda para o ano corrente cerca de R\$ 1 bilhão, como também viabilizará a continuidade dos processos de formação dos profissionais para atuar no mercado no curto e médio prazo, aumentando as chances de as empresas superarem uma das maiores crises do último século.

Nesses termos, este Conselho recomenda fortemente às autoridades concernentes a aplicação integral do valor arrecadado pelo FNDCT, de R\$ 6,5 bilhões, como meio de impulsionar atividades de ciência e tecnologia e, conseqüentemente, a atividade empresarial e a geração de emprego e renda.

A segunda questão diz respeito à deliberação sobre a preservação de recursos para o CNPq. Entende-se que se faz necessário priorizar, no plano anual de investimentos não reembolsáveis para 2020, o pagamento de compromissos já assumidos em programas ou editais antigos. Isso inclui contemplar no planejamento a previsão dos repasses às ações do CNPq, no valor de R\$ 79,3 milhões. Essa medida é indispensável para a manutenção de projetos de pesquisa já em andamento e que vêm sofrendo, anualmente, perdas drásticas de apoio. Por isso, solicita-se, a revisão do referido plano no prazo de uma semana a contar da data de hoje.

É urgente alçar CT&I ao primeiro plano nas estratégias de desenvolvimento econômico e social, sobretudo diante dos atuais acontecimentos com impacto no cenário global. Se medidas nessa direção não forem adotadas, o ecossistema nacional de CT&I corre sério risco de entrar em colapso, ocasionando impactos negativos para a economia e a sociedade brasileira.

O Ministro informou que já havia recebido essa comunicação e ressaltou que o estudo para redistribuição dos recursos do FNDCT havia sido feito antes da problemática do Novo Coronavírus, que demandaria a utilização de R\$ 100 milhões do FNDCT, além de mais R\$ 20 milhões do Ministério da Saúde, recursos estes que serão aplicados exclusivamente para pesquisa da pandemia, por meio do CNPq, o que demonstra a importância que, o Ministério, em conjunto com o Conselho, tem dado às Pesquisas. Com respeito às Inovações, ele comentou que a preocupação era para com a Finep neste ano, pois, para quem conhecia bem a Finep e viu as dificuldades que ela enfrentou no ano anterior, reconhecia a importância de manter o foco na Agência. O Ministro ainda informou que iria continuar buscando recursos para o CNPq e que tinha segurança de que iria conseguir, ao longo do ano, com calma, num trabalho contínuo. O Sr. Carlos Alberto Flora Baptistucci reiterou que o esforço conjunto do MCTIC, da Finep e da comunidade científica propiciou a conquista da retirada do FNDCT da PEC dos Fundos. Deste modo, explicou que, até aquele presente momento ele não seria extinto, o que era uma grande vitória. Insistiu que era preciso trabalhar, como havia dito a Sra. Gianna, para torná-lo mais efetivo. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Carlos Gadelha, que inicia saudando o Ministro e dizendo que esta Nota lida pela Sra. Gianna, propõe uma recomendação para o descontingenciamento e uma deliberação para ser apreciada aqui neste Conselho e, como profissional da Fundação Oswaldo Cruz (lembrando que está aqui representando a SBPC) não pode deixar de enfatizar que vem daquela instituição de pesquisa e que a CT&I é a principal arma que temos agora para o Coronavírus e para todas as questões que decorrem e podem vir adiante, seja mediante as ações dos INCTs ou das financiadas nos Editais. Os recursos já são tão baixos, se observarmos que o recurso não reembolsável é apenas 13% do disponível, porque os demais foram contingenciados. Todas as ações envolvendo, diagnóstico, o desenvolvimento de vacinas e medicamentos, toda a parte de equipamentos e também a organização do sistema de saúde, toda epidemiologia, o tratamento dos dados com Big Data e inteligência artificial, mostram que hoje, não é apenas uma questão de saúde, mas de todo o sistema de ciência e tecnologia, que, com esse pequeno recurso, ainda está vivo. Aí envolve da matemática e engenharias às ciências humanas sociais. O Sr. Carlos Gadelha ratificou que a Nota era uma proposta clara de deliberação, de priorização, que, somada com as notícias apresentadas pelo Ministro era um sinal positivo que deixava animada toda a comunidade científica, por se colocar essa priorização de modo muito estratégico, para o Conselho e para o FNDCT. Então, sugeriu que a proposta de sinalização de priorização e que os demais itens fossem recompostos de modo a viabilizá-la. Insistiu que seria um pouco enfático, quanto à sobrevivência da comunidade científica, o que dependia diretamente do CNPq, dos INCTs, que contavam com

mais de uma centena, ainda que modestos, com cientistas atuando em situações adversas. Desta forma, sugeriu a deliberação de uma priorização dos recursos para o CNPq e comentou que, em razão da gravidade da situação, o momento era importante e a que a comunidade científica estava mobilizada para as demandas do País, afirmando o seguinte: “A Ciência está Presente!” Reforçou que a comunidade científica estava disponível para os desafios da sociedade brasileira, da indústria, da inovação. Concluiu afirmando que a priorização destes recursos era praticamente um apelo de toda a comunidade científica. O Ministro agradeceu e passou a palavra ao Sr. Glaucius Oliva. Ele cumprimentou a todos e relatou que, como representante da comunidade científica, gostaria de deixar registrado que tinha ficado estarecido quando observou que fora reduzido a quase a nada os recursos para que o CNPq pudesse cumprir seus compromissos em duas áreas essenciais como: o Edital Universal de 2018 e o Programa dos INCTs. Lembrou ao Ministro, como ele mesmo pontuou, que a Ciência Básica era a artéria que irrigava, como num organismo, os micros vasos que penetram nos órgãos os quais depois exercem funções, sendo estes essencialmente alimentados pela Ciência Básica. Argumentou que o Projeto era o único Edital que, no âmbito federal financiava pesquisas despertadas pela iniciativa própria do pesquisador, em tema que ele identificava ser relevante e de fronteira, o Edital Universal. Completou que com valores às vezes pequenos, 30 mil, 50 mil, no máximo por projetos, conseguia-se irrigar toda a ciência brasileira. Continuou argumentando que esse Edital que era lançado anualmente, com apoio expressivo do FNDCT, tendo isso sido modificado com lançamentos a cada dois anos nos últimos períodos, e que, portanto, o último fora lançado em 2018, arguindo que uma parte expressiva dele ainda não havia sido paga. Disse que a LOA deste ano previa R\$ 50 milhões para pagamento do Edital de 2018. Observou que não havia nenhuma previsão de se ter o lançamento de um Edital Universal 2020 na programação que havia sido apresentada. Asseverou que num momento de crise como o atual, ficava nítida e perceptível a importância de uma comunidade científica mobilizada para responder as necessidades emergenciais. E que portanto, não entendia como esse projeto não era privilegiado em razão da manutenção dessa irrigação minimamente do sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, no âmbito do FNDCT, sem desmerecer as iniciativas levantadas, concordando que todas eram bem qualificadas. Comentou que a Finep, grande parceira da iniciativa nacional, com um importante papel, por exemplo, no reembolsável, possui despesas como as de administração, entre outras, extremamente relevantes para que a equipe mobilize os recursos. Desta forma, o Sr. Glaucius somou-se aos que falaram anteriormente concluindo que seria fundamental que o Plano de Investimentos contemplasse este compromisso anterior pois era o que estava previsto na LOA, entre os recursos de R\$ 600 milhões disponibilizados, R\$ 79,3 milhões destinavam-se ao CNPq, argumentando não deveria desaparecer neste Plano de Investimentos. Em relação à carta que a Sr. Gianna tinha acabado de ler, comentou que era uma manifestação que deixava cada vez mais evidente que não se poderia “resolver os problemas do País” com uma Reserva de Contingência de quase 90% do FNDCT. E parabenizou o esforço de se liberar desta Reserva os R\$ 100 milhões, mas argumentou que precisavam conseguir a liberação integral dos recursos da Reserva de Contingência, de modo a possibilitar a sobrevivência da ciência brasileira, deixando a seguinte reflexão: “Não dá pra esperar resposta de um organismo que está morto”. Ao término, o Sr. Glaucius finalizou sua participação deixando duas mensagens: “a primeira é que este Conselho se manifeste de forma firme com a demanda ao Ministério da Economia, e ao Governo como um todo, pela liberação de toda a Reserva de Contingência para que ela possa financiar esta crise e a promover a inovação que este país necessita; e a segunda é que o Plano de Investimento para 2020, dentro do limite dos recursos de R\$ 600 milhões, priorize a liberação de recursos para os R\$ 79,3 Milhões do CNPq”. A palavra foi então passada ao Sr. Luiz Davidovich da Academia Brasileira de Ciência – ABC. O Sr. Davidovich cumprimentou o Sr. Ministro e disse estar satisfeito com a notícia da liberação dos R\$ 100 milhões para o enfrentamento da Covid-19, enfatizando que a pandemia exigia um volume vigoroso de recursos, não só para a ciência mas também para equipar os hospitais com material necessário, coisa que a ciência já estava ajudando, com ideias de respiradores mais fáceis de utilizar, mais econômicos. Considerou, porém, que este recurso para o enfrentamento da pandemia de coronavírus poderia ser prejudicado pela ausência de recursos adicionais para a continuidade de projetos exitosos, sem os quais restaria desestruturada a ciência brasileira, como no caso dos INCTs e no da finalização do pagamento de recursos do Edital Universal de 2018. Seria muito interessante ter um Edital Universal em 2020 para que jovens pesquisadores continuem se dedicando a pesquisa no País. Afirmou ser preciso mantê-los, motivá-los, demonstrando que existe a chance de fazerem suas pesquisas aqui. Alegou que os INCTs continuam fazendo pesquisas da mais alta qualidade, mostrando que novas ideias surgem a todo instante. Informou que, por outro lado, jovens pesquisadores, recém doutorados, no Brasil ou no exterior, merecem recursos próprios e afirmou ser essa a função do Edital Universal. Frisou que novas ideias, novas pesquisas irão beneficiar a ciência brasileira, a sociedade, a qualidade de vida do brasileiro. Enfatizou então, que a preocupação com o “zero” investimento do CNPq tinha sido muito grande na comunidade. Ele informou que assinou, junto com Ildeu de Castro Moreira, uma Nota Conjunta da Academia Brasileira de Ciências e da SBPC sobre a questão do Fomento do CNPq que consideravam fundamental para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e Inovação. Argumentou que essa Nota ia na direção do documento que foi lido pela Sra. Gianna, e informou que ela tinha sido assinada por mais de 90 (setenta) entidades representativas da sociedade civil, como o Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - CONFAP, a Academia Nacional de Medicina, entre outras. Afirmou ser uma Nota extremamente representativa da comunidade científica e da comunidade acadêmica do Brasil e arguiu que aquela Nota lida anteriormente ao Conselho representava os anseios, tanto da comunidade científica, quanto da indústria, uma vez que elas necessitam de inovação e de ideias novas provenientes da academia para que o país se torne um protagonista no cenário internacional. Acentuou que eles, enquanto representantes da comunidade científica e da indústria, não poderiam aprovar um Plano que zerava os recursos de investimento do CNPq, momento em que sugeriu que a demanda fosse reformulada e que esse Plano fosse reapresentado. Afirmou que mesmo que pudessem vir reforços no presente ano, que a comunidade certamente se dispusesse a ajudar, como ocorreu no passado, seria preciso deixar em evidência a importância do investimento no CNPq, de modo a manter a espinha dorsal da ciência e inovação no Brasil. Argumentou ainda que não poderiam ignorar a falta de recursos e querer enfrentar a epidemia, lembrando que no ano passado, quando houve o derramamento de óleo nas praias do Nordeste, os INCTs tiveram uma participação importantíssima no enfrentamento desse problema. Contou que após a tragédia de Brumadinho houve a contribuição de um relatório científico da ABC e da ANE, usando a competência estabelecida no Brasil, contando com participação de integrantes de INCTs. Desta forma, aproveitou o ensejo para fazer um apelo para que este Plano fosse reformulado, para que fosse sintonizado com a ENCTI, sinalizando positivamente em direção as prioridades relatadas pelo próprio Ministério em apoio a Pesquisa Básica. Afirmou ser cada vez mais difícil, hoje em dia, diferenciar Pesquisa Básica da Pesquisa Aplicada, indicando que as novas ideias como aquela do Grafeno, rapidamente, teriam uma aplicação. Neste sentido, pediu que o Plano Anual de Investimentos Não Reembolsáveis fosse revisto, no sentido de garantir que recursos necessários no CNPq para o cumprimento dos compromissos e conseguir, quem sabe, novos recursos para promover novas iniciativas também nesta área, por meio de um novo Edital Universal. Concluiu dizendo que a comunidade científica propunha para o Congresso e para o Governo o descontingenciamento total do FNDCT e afirmando ter ido até o Supremo Tribunal Federal – STF conversar sobre essa questão, uma vez serem recursos oriundos de impostos retirados das empresas com o objetivo de fomentar pesquisas nas áreas finalísticas, e consideravam ilegal o seu contingenciamento, em virtude do desvio de sua função. Finalizou afirmando que não seria possível aprovar um Plano de Investimentos Não Reembolsáveis que zerasse os investimentos no CNPq naquele momento. Em seguida, o Secretário-Executivo Adjunto, Carlos Alberto Flora Baptistucci, discorreu acerca de um breve histórico da questão orçamentária do MCTIC. Segundo o Sr. Carlos Alberto, o orçamento do MCTIC não era exclusivo do CNPq, informando esse orçamento teria que atender 11 unidades orçamentárias, e que o CNPq era apenas uma delas. Afirmou que o orçamento do MCTIC para o ano estava na faixa de R\$ 3,1 bilhões mais R\$ 500 milhões para a Telebrás, que é uma estatal dependente, apontando que R\$ 3,1 bilhões seriam para a área de Ciência e Tecnologia, disponibilizadas para 11 unidades orçamentárias. Destes R\$ 3,1 bilhões, R\$ 1,1 bilhão era para o CNPq, por ser uma prioridade do Ministro, o que representava um pouco mais de um terço dos recursos do Ministério. Lembrou também que, no ano de 2019, dos R\$ 5,3 bilhões do orçamento do Ministério, que não tinha a Telebrás, apenas R\$ 780 milhões foram para o CNPq, dos quais R\$ 80 milhões ainda tiveram que pagar uma parcela que havia restado de Bolsa do ano de 2018. Apesar disso, afirmou que o MCTIC fez todos os esforços possíveis para que nenhum bolsista ficasse sem recursos das Bolsas. Argumentou que, infelizmente, os recursos de 2020 eram muito restritos, mas que mesmo assim iriam atender a totalidade de recursos para o CNPq, somando-se a eles citou um aumento que houve lá no Congresso, em detrimento dos recursos do MCTIC, transferidos para o CNPq e que parte deles vieram dos Institutos. Afirmou que com isso, o maior prejudicado foi o FNDCT uma vez que para que se pudesse manter minimamente os recursos destinados ao CNPq, por essa ter sido a prioridade elencada pelo Ministro. Sobre a defesa, o Sr. Carlos Alberto informou que faz coro com a reclamação, pois considera um absurdo possuir um Fundo com recursos da sociedade e não poder contar com todo este recurso do Fundo disponibilizado para sua função. Acentuou, porém, que a situação orçamentária nacional não fora gerada pelo Governo atual, sendo herdada de Governos anteriores. Colocou que a questão era a seguinte, que dos R\$ 600 milhões referentes aos recursos de Equalização e das Taxas e Despesas Operacionais da Finep, como havia sido demonstrado anteriormente poderia se observar que houve um esforço enorme por parte da Finep para reduzir, tanto as Despesas Operacionais, quanto a própria Equalização, de forma que sobrasse recursos maiores para os não reembolsáveis do FNDCT. Citou que a própria Finep tinha contratados de anos anteriores da ordem de R\$ 365 milhões, isto para a Finep, que também pratica ciência, tecnologia e inovação, e que havia previsão de recursos da ordem de R\$ 155 milhões, de modo que era necessário também a priorização de novos projetos. E afirmou que a Finep estava fazendo isso com novos projetos, mas colocou que se alocasse quase a totalidade dos poucos recursos que o Ministério tinha para ciência e tecnologia somente no CNPq, seria deixar de lado, delegar para outro plano, outras áreas da ciência, Tecnologia e Inovação. Mesmo entendendo a demanda dos conselheiros, insistiu que se colocasse recursos a mais no CNPq estaria privilegiando esta Instituição que, por ter recebido recursos a mais poderia fazer gestão com seus recursos de Bolsa, para arcar com as contratações já feitas. Diferentemente da Finep que não iria poder arcar com, pelo menos, R\$ 200 milhões de projetos também já contratados, e que fazem parte da ciência, tecnologia e inovação, tanto quanto os projetos do CNPq. O Sr. Jorge

Luis Nicolas Audy, titular do Setor Empresarial, pediu a palavra, cumprimentou o Sr. Ministro e iniciou sua análise, informando que seria sucinto. Citou a Nota da qual era signatário também, e iniciou suas considerações, afirmando que o FNDCT não ter sido extinto já era uma vitória, e refletindo sobre o orçamento zerado do CNPq relacionando-o com privilégio ao CNPq, indicando ser um risco a perda de referências no tocante ao que era vitória e ao que era privilégio. Explanou que vitória não era não extinção do Fundo, e sim ter a condição de uma aplicação integral dos recursos do FNDCT, isso sim seria uma vitória. Se fosse considerado que o CNPq era uma instituição que foi privilegiada, afirmou desconhecer então as circunstâncias que se teria no Sistema Nacional de CT&I. Reforçou que a carta que foi elaborada poderia ser um excelente instrumento para o MCTIC em sua batalha, referindo-se a fala do Ministro, de obter recursos, de conseguir avançar num cenário tão complexo, de um respaldo a um “grito” por atenção, em última instância, a um paciente terminal. Colocou que era necessária uma reflexão a cerca dessas referências para que as alegrias não fiquem limitadas apenas ao fato da não extinção do Fundo e o de ser o CNPq um órgão privilegiado do Governo. Afirmou ser necessário começar a se preocupar um pouco com o lado simbólico, do que se está dizendo e do que se está comunicando. Sugeriu que a Nota fosse uma Nota do Conselho, que respaldasse as ações do Ministro e de sua equipe, perante as outras instâncias, principalmente da área econômica. E, terminou, não tenho como não lembrar o quadro do Modelo Econômico, citando que era claro que o pessoal da área econômica deveria enxergar a comunidade científica e o setor empresarial como um grupo, ou como uma dimensão da sociedade relacionada com o desenvolvimento nacional, que atua no que há de mais moderno no Século XXI, no desenvolvimento econômico, social, ambiental de uma sociedade moderna. Neste sentido, quanto às questões do CNPq, considerou lamentável se apresentar um orçamento com a rubrica zerada do CNPq. Assim, reforçou a necessidade de análise da possibilidade dessa Nota ser um instrumento de retaguarda para a equipe do Ministério, com toda boa intenção e capacidade para lutar, de modo a se conseguir uma aplicação integral dos recursos do FNDCT para as finalidades que ele foi constituído e para a finalidade que estes recursos foram angariados. Considerando uma vitória contemplar sim atores importantes, como é o CNPq. Dando sequência o Sr. Ministro interveio, agradeceu a participação e ressaltou que estava gostando bastante das discussões, absorvendo todo o conhecimento, e lembrou a todos que uma coisa que teria o acordo de todos seria quanto ao percentual liberado para o FNDCT, em estrita relação com a situação do momento atual, em que a ciência ocupa um lugar importante, e argumentou que quando se fala de ciência entenda-se desde a ciência básica até as inovações tecnológicas, vendo as coisas que o CNPq desempenha até o que a Finep e a Embrapii executam. Afirmou que este valor liberado era muito ruim, e aproveitando a diversidade e o conhecimento apresentado no Conselho, considerou que eles serviriam para que se trabalhem juntos com o intuito de se criar um Plano, prático, viável para liberação, se possível da totalidade ou, no mínimo uns 50% do FNDCT. Considerou que, afinal, havia muita gente falando sobre isso, que era fácil mandar cartas, mas o importante seria ter um Plano conjunto. Pontuou que era preciso juntar as ‘cabeças pensantes’ para ajudar a desenvolver este Plano. Lembrou mais uma vez aos conselheiros que, em 2019, os recursos do CNPq representava 15% do orçamento do MCTIC, e que já em 2020 ele representa 35%. O Secretário Semeghini interveio e colocou sua preocupação quando uma parte do Conselho e apresenta e coloca uma Nota, pois isto denotava um desacordo com o trabalho do Ministério. Considerou que se estava mudando o foco da discussão e disse aos conselheiros que o Ministério também estava de acordo com a necessidade de recursos para o CNPq. Citou que em 2019 havia um orçamento de R\$ 230 milhões logo que começou o ano e o CNPq ainda pagou R\$ 80 milhões referente ao que estava faltando de 2018. São exatamente os R\$ 80 milhões ali contemplados. Afirmou que este ano não iria precisar tirar do FNDCT para pagar pois estes recursos estavam lá disponibilizados para o CNPq, os R\$ 80 milhões que no ano passado ele não precisou pagar. Insistiu que este ano o MCTIC havia garantido que tivessem orçamento completo. Em 2019, o MCTIC tinha R\$ 250 milhões que tinha sido dado pela Petrobrás, para que se investisse em Ciência e Tecnologia, em vários projetos do Ministro, que acabou sendo usado para completar as Bolsas que faltava. Colocou, então, que o acordo que a comunidade fez com o Congresso, o acordo com a assessoria parlamentar, não havia sido cumprido, e o que foi cumprido foi que entrou, R\$ 250 milhões provenientes da Petrobrás, para que o Ministro utilizasse para o pagamento das Bolsas. Considerou que não dava para fazer pressão no Ministro naquele momento, para que fosse liberado R\$ 60 milhões, R\$ 80 milhões. Afirmou que o CNPq dispunha de um orçamento de R\$ 1,1 bilhão, e caso fosse tão importante executar o Universal, poderia se buscar este déficit até o final do ano. Colocou que não fazia sentido ficar brigando, visto ser do conhecimento de todos o empenho e esforço do Ministro, que abriu mão de todo orçamento de seus projetos para viabilizar o pagamento integral das Bolsas. Deste modo, o Secretário-Executivo propôs que o CNPq assumisse por si só a responsabilidade pelos projetos, tendo em vista possuir R\$ 1,1 bilhão do seu orçamento de Bolsas, para não comprometer a Chamada Universal, e se sugeriu buscar, juntos, R\$ 80 milhões ou R\$ 100 milhões de novo no ME ou no Congresso, como foi feito no ano anterior. O Presidente da Finep reiterou que, em 2019, a Finep não lançou nenhum edital, e que só trabalhou com projetos de anos anteriores ou aprovados em 2018, porque não havia recursos suficientes, e que, neste ano, deixou de empenhar R\$ 210 milhões. Citou a importância das ações previstas para o ano, todas em consonância com as políticas intrínsecas às necessidades da comunidade científica e o setor empresarial, como o Centelha II, SOS Equipamentos, Projetos Executivos, entre outros. Comentou sobre a relevância de se lançar edital para projetos de interesse nacional como o Programa “Materiais Avançados”, como o Grafeno, Projeto de Tecnologia Assistiva, de interesse da sociedade. O Sr. Bortolini citou que estavam diante de uma verdadeira “Escolha de Sofia”, uma gestão de equilíbrio, afirmando ter de escolher dentre o que deixaria de ser pago. Argumentou que a Finep já havia feito uma priorização e cortado R\$ 210 milhões, momento em que tiveram então de escolher. Dentre as iniciativas trazidas no Plano afirmou terem trabalhado muito com empreendedorismo inovador como era o caso do Centelha II, voltado para jovens empreendedores. O Ministro intercedeu e informou, mais uma vez, que, em 2020, sua preocupação estava concentrada na Finep, e lançou um apelo, de que era necessário ajudar a Finep, repetindo o que o Secretário-Executivo havia dito sobre não ficar “brigando dentro de casa”, lembrou que em 2019 passou várias noites sem dormir e que entendia que, diante de um plano maior, ficar discutindo por R\$ 80 milhões desmerecia o trabalho que ele vinha fazendo. A Sra. Sônia Nair Bão, do Ministério da Educação, reiterou a preocupação com a continuidade dos projetos contratados, mas disse que acreditava que a recuperação dos R\$ 80 milhões não seria uma tarefa tão difícil e que era muito importante manter o valor do CNPq. O Presidente do CNPq pediu a palavra e informou que segundo o Secretário-Executivo Adjunto, o Sr. Carlos Alberto, o CNPq teria recursos de Emenda Parlamentar, na ordem de R\$ 46 milhões, porém lembrou aos conselheiros que em janeiro deste ano o MCTIC solicitou ao CNPq que arcasse com os recursos totais das Bolsas PCI no valor de R\$ 42 milhões. Lembrou também que os R\$ 80 milhões necessários ao pagamento do Edital Universal 2018, INCTs 2014 e Proantiar 2018 saíram da ação Fomento, e que esta, em 2020, possui apenas R\$ 17 milhões de orçamento. Concluiu informando que esta situação havia sido tratada com o MCTIC, sem uma solução razoável aos olhos do CNPq. O Sr. Luciano, do Ministério da Economia, observou que 40% do recurso para novas iniciativas vem de demandas do Ministério da Defesa e pediu informações sobre os critérios para a escolha dos projetos. Em resposta foi esclarecido que as demandas são encaminhadas ao MCTIC seguindo os normativos aprovados justamente no Conselho Diretor do FNDCT, tendo sido analisadas pelas áreas técnicas do MCTIC e pela Finep, e aprovadas na reunião do Comitê de Coordenação do FNDCT, para só então compor o Plano de Investimento. Em seguida, o Sr. Bortolini complementou que as demandas da Defesa estavam havia algum tempo aguardando para serem analisadas e reiterou que desde 2011 o Ministério não recebia nenhum apoio ao fomento de suas propostas. O Sr. Gadelha interveio e observou que a defesa das ações de fomento do CNPq eram atividades inerentes à responsabilidade dos presentes enquanto conselheiros, responsáveis pela análise e aprovação do Plano de Investimento do FNDCT. Insistiu em dizer que o que se estava discutindo eram interesses de Estado e não interesses próprios, e sugeriu que fosse feita uma priorização a favor dos projetos já contratados, de modo a se constituir uma verdadeira força tarefa em favor de angariar recursos para os projetos que ainda estavam na categoria de “novas iniciativas”. O Secretário-Executivo, Julio Semeghini, reiterou que o Conselho não se desgastasse em função de recursos da ordem de R\$ 80 milhões para o CNPq, uma vez que esse assunto era do interesse de todos e insistiu que se lutasse pela busca desse valor. O Sr. Marcos Degout, do Ministério da Defesa, concordou com o Secretário Semeghini quanto ao encaminhamento de aprovação do Plano da maneira como está, garantindo que, posteriormente, se buscasse a solução para os R\$ 80 milhões. O Sr. Davidovich solicitou aos presentes que interpretassem corretamente que o que estava acontecendo, não era uma divisão, pois entendia que o Conselho do FNDCT teria como missão deliberar sobre o Plano que lhe tinha sido apresentado, colocando que havia muita discordância, e explicou que, na condição de representante da comunidade científica, tinha a responsabilidade de representar muita gente e, não considerava viável a aprovação de novas iniciativas sem resolver o pagamento do passivo do CNPq. Neste momento se voltando ao Secretário Julio Semeghini explicou que todos estavam ali, não para brigar, mas para debater, justamente para resolver a questão, buscar juntos uma saída, pois na condição de representante dessa comunidade, tinha a responsabilidade de representar muita gente e, não considerava viável a aprovação de novas iniciativas sem resolver o pagamento do passivo do CNPq. Insistiu que o que inflamou no momento na reunião são opiniões distintas, mas que podiam chegar a um bem comum. Ressaltou que o MCTIC tem duas “joias da coroa” da ciência brasileira e da tecnologia e da inovação, são elas a Finep e o CNPq. Segundo as próprias palavras do Sr. Davidovich, “Por isso fica claro que nós queremos que, tanto o CNPq quanto a Finep, tenham os recursos que precisam e terminou dizendo que o que estava acontecendo era uma questão simbólica, pois os recursos de investimento do CNPq estão pegando mal, sendo difícil para os representantes da comunidade aceitar, concluindo que todos estavam ali para encontrar uma saída”. O Secretário Semeghini interveio concordando com as palavras do Sr. Davidovich, ressaltando a representatividade e responsabilidade que cada um dos membros tem dentro do Conselho. Em seguida passou a palavra ao Sr. Zarak do Ministério da Economia, que estava inscrito. Ele explicou que gostaria de dar uma contribuição ao debate, tendo em vista sua vivência quanto à questão orçamentária, por trabalhar na Secretaria de Orçamento Federal e por ser diretor de uma das grandes áreas lá, então queria falar sobre a questão da priorização. Tem ouvido que o ministério e a área da ciência e da tecnologia não vem sendo priorizados, o que considera não ser uma verdade. Segundo Sr. Zarak, ela vem sim sendo priorizada, em 2019 procuraram o MCTIC, junto com o Ministério da Economia, resolver uma série de ações urgentes da pasta. No orçamento de 2020

foi priorizado, tirando a Saúde, que é uma outra prioridade, foram então os dois ministérios que tiveram uma grande priorização. Lembrou que o Brasil é um país com grandes carências e poucos recursos, mas o MCTIC foi priorizado, lembrou também que, neste ano de 2020, não vai ser sujeito a nenhum contingenciamento. E, com a decretação de calamidade agora, não vai ter contingenciamento em nenhuma área do ministério. E com a questão do Coronavírus, explicou que no dia da reunião teve uma Medida Provisória, tem mais algumas demandas do MCTIC que estão sendo estudadas pelo ME, e a ideia é que se tenha uma espécie de orçamento para resolver a pandemia. Estavam soltando algumas Medidas Provisórias, uma delas é a de R\$ 100 Milhões para pesquisas do Covid-19, o que, segundo ele, demonstra uma prioridade para a área da ciência e tecnologia. Na opinião dele, estava de acordo com a proposta do Secretário Executivo de encaminhar da forma como foi colocada e procurar recursos, pois considerava que tem possibilidade, ao longo do ano, de conseguir esses recursos adicionais. Lembrou que, como estamos ainda no início do ano, sempre tem mais dificuldade, mas considera que ao longo do ano podem chegar a um bom termo. Dando seguimento o Sr. Franklin, na linha de tentar chegar a uma conclusão, no papel de embaixador, representante da indústria, perguntou se o ministério aceitaria aprovar os recursos com a ressalva de que existe um "GAP" de R\$ 80 Milhões que podem ser buscados ao longo do ano e que também podem fazer os melhores esforços para liberar o contingenciamento em até 50% dos recursos do FNDCT, propondo construir o texto nesta linha, podendo ser uma alternativa para sair do impasse, com uma solução para o grupo. A Sra. Gianna colocou o papel que a CNI e a MEI tem feito para contribuir. Citou que em nenhum momento se opuseram e que nunca foi tão importante que o FNDCT tenha recursos. Lembrou que o Brasil vem caindo nos indicadores de inovação e dá o total apoio da MEI para o MCTIC lutar juntos na busca de recursos. Neste momento da reunião o Secretário Semeghini sugeriu não votar, mas construir um consenso e concluiu que, se não conseguirmos o consenso adiamos para reconstruir o Plano de forma a chegar até ele. Segundo ele, o que não é bom é uma aprovação dividida, se o Conselho achasse que poderia entrar em consenso, continuariam dali a dois ou três dias. O Sr. Marcelo Morales reforçou a proposta do Sr. Semeghini em construir uma proposta nova ou postergar a reunião talvez fosse mais importante, mas também construir uma proposta de descontingenciamento. Diante das propostas o Sr. Davidovich concordou que a ideia era interessante, não votar, construir um consenso, construir uma nova proposta. Insistiu que a questão simbólica, era muito relevante, neste momento chamou a atenção dos presentes sobre a capacidade de compreensão do Sr. Semeghini, sua experiência de congressista e político extremamente ágil, sempre aliado à ciência. Afirmou não ser necessário votar naquele dia, lembrou ao Secretário Semeghini, uma vez que não se deveria entrar no Congresso pedindo descontingenciamento de 50%, por ter posição marcada, com propostas para descontingenciamento total do FNDCT. Citou que há bem pouco tempo, foi derrubado um veto do presidente, pelo Congresso todo de uma proposta do Deputado João Campos que propunha o não contingenciamento do FNDCT e foi derrubado pelo Congresso todo, o que demonstra um ambiente favorável para o descontingenciamento no Congresso. Para a comunidade científica é importante esta parte política, simbólica, tem muito a ver com a importância da ciência no Brasil. O Sr. Zarak alertou que o Plano, como todo orçamento é fixo, não pode extrapolar o orçamento aprovado, reserva de contingência não está dentro do orçamento aprovado. O Secretário Semeghini, concordou e reafirmou que ninguém está propondo aprovar um plano além do orçamento do ano, sugeriu a aprovação do que tem, o que se está aprovando é o compromisso de buscar aquilo que falta, e mais do que isso, buscar o descontingenciamento, até porque tem uma questão simbólica importante além da necessidade de recursos. Trouxe o exemplo do Brasil que tem muita matéria prima de materiais estratégicos, como o caso do Grafeno, para pesquisas, para gerar a economia, muitos projetos a gente só precisa de R\$ 20 Milhões para iniciar, mas com as restrições, mesmo orçamentos pequenos, não está cabendo no nosso orçamento. Ressaltou que o Conselho e o ministério tinham o compromisso de buscar mais orçamento, se quiser ter o Brasil que a gente precisa, acredita que a busca pelo descontingenciamento são coisas de que temos o apoio do Congresso, a comunidade toda tem lutado por isso, dado somado à importância que a ciência e tecnologia tem para o país a gente consegue isso. Diante deste contexto, insistiu que o momento exigia resolver um problema pontual e neste problema pontual não tinha como aprovar um orçamento com R\$ 80 Milhões a mais. Lembrou que o que o grupo estava falando era, aprova o que tem, segundo a proposta do Sr. Franklin, com o compromisso de buscar os R\$ 80 Milhões para completar o orçamento que estaria faltando no FNDCT, sem no momento deixar claro que ninguém está cortando nada do CNPq, ele teria liberdade de ir tocando esses projetos. Porém conclui que, por conta da coisa simbólica, acreditava que não iriam chegar a um acordo. Observou que o Sr. Carlos Alberto alertou que assim não poderiam colocar os projetos em marcha e considerou que ele tinha razão, pois não poderiam ficar parados muito tempo. Mas se colocou contra colocar em votação para ter um resultado dividido, pois isso mostraria uma divisão da ciência e tecnologia para o Congresso, o Senado, a Comunidade Científica, e não era isso que se buscava. Neste momento informou que o Sr. Carlos Alberto interveio observando que a aprovação do plano também não pode demorar muito, pois atrasaria todo um cronograma para a carteira do FNDCT. O Sr. Carlos Alberto mostrou preocupação de aprovar mais do que o orçamento do ano, citando que isto foi uma característica dos anos anteriores, onde se aprovava um plano de investimentos muito superior ao orçamento vigente. Lembrou que, em planos anteriores tinham uma carteira muito robusta para orçamentos menores. Porém concordou com a proposta do Sr. Franklin, de aprovar o Plano de Investimentos de R\$ 680 Milhões com a condicionante de que execução desses R\$ 80 Milhões fosse ligada a uma ampliação dos recursos junto ao Ministério da Economia e Congresso, assim aceleraria a disponibilidade de recursos para iniciar a execução do ano. O Secretário Semeghini completou, na linha do Carlos Alberto, questionando ao Conselho se poderia aprovar os R\$ 600 mais 80 Milhões dizendo que parte dessa execução R\$ 80 Milhões podem também ficar para execução no ano de 2021, até porque iria acontecer isso, boa parte dos projetos que serão aprovados tem mais de um ano, e a gente vai completar esses recursos no ano que vem. Esta proposta aceleraria o início da execução dos recursos do FNDCT, assim ele perguntou ao Sr. Zarak se poderia usar este conceito. O Sr. Zarak respondeu que poderia aprovar estes R\$ 80 Milhões que faltam para 2021 e, ao longo do exercício, assim que conseguissem esse recurso, poderia ser aprovado em outra reunião do Conselho. Diante da posição positiva do representante do ME, o Secretário Executivo, parabenizou o Sr. Carlos Alberto e o Sr. Zarak, por terem colocado uma saída, lembrando a todos que estavam caminhando para uma solução, pois poderiam incluir os R\$ 80 Milhões do CNPq, sendo que assim estaria aprovado, tudo estaria valendo, sendo igual para todos. Desta forma, poderiam até dirigir para os projetos que quisessem, até porque, em todos os projetos, nem tudo é para o primeiro ano, parte das Bolsas são para o ano que vem, boa parte dos projetos também, assim toca-se a máquina sem stress, seguindo a ordem natural do andamento dos programas. Assim, na avaliação do Secretário Executivo a saída estava dada, neste momento perguntou ao Sr. Davidovich se ele tinha a mesma compreensão. O Sr. Davidovich considerou a proposta interessante, chamando o Sr. Glaucius Oliva para que desse sua opinião o qual se colocou favorável à proposta da aprovação do Plano no valor de R\$ 680 Milhões, concordando com a proposta da plurianualidade e indicando a importância da priorização dos recursos do CNPq, insistindo que fosse indicado no Plano de Investimento a reconstituição dos investimentos para o CNPq. Assim pronto este seria o projeto, este seria o Plano Anual. O Secretário Executivo então explicou aos presentes que o Conselho estava caminhando para uma aprovação onde seria colocado todo o valor de R\$ 680 Milhões no Plano, num prazo de dois anos, sendo que aquele que não executasse no primeiro ano, completaria o recurso no começo do ano que vem. Assim, segundo o Secretário Semeghini, não haveria a necessidade de priorização, com a aprovação dos R\$ 680 Milhões para ser executado no ano de 2020 e no início de 2021, todos terão tratamento igual e ainda no segundo semestre será aprovado como serão executados os R\$ 80 Milhões. A Sra. Gianna sugeriu colocar na ata o compromisso de que, o Conselho e as entidades representadas juntos com o MCTIC, se comprometem a trabalhar juntos pelo descontingenciamento do FNDCT. O Sr. Glaucius colocou a importância da atualização da tabela da página 14 do Plano para inserção da questão do Planejamento plurianual. Diante da contribuição o Secretário Executivo garantiu que a tabela da página 14 seria prontamente alterada, com a reinserção dos recursos para o CNPq. Neste momento o Sr. Carlos Gadelha questionou o Secretário Executivo se o CNPq teria o mesmo status de prioridade que as demais ações previstas no Plano de Investimento. Em resposta o Secretário Semeghini reforçou que estavam aprovando o pacote todo, e todos seriam priorizados de forma igual, com nenhuma diferença. Com esta confirmação o Sr. Carlos Gadelha o parabenizou pela iniciativa. Após serem dirimidas as dúvidas, o Secretário Semeghini perguntou a todos se poderiam aprovar o Plano deste jeito, de modo que com a anuência de todos e num ambiente de confraternização. Diante das alterações sugeridas ficou acordado que a Secretaria Executiva do FNDCT/Finep em conjunto com a Secretaria Executiva do MCTIC atualizariam o Plano Anual de Investimento Não Reembolsável com a ampliação global do limite do Fundo no orçamento, submetendo-o posteriormente à Deliberação Eletrônica pelos conselheiros, além de trabalharem em conjunto pela liberação total dos recursos do FNDCT. Os representantes da comunidade científica parabenizaram a gestão da reunião pelo Secretário-Executivo, Júlio Semeghini, prontamente recíproca pelo Secretário. Ao final, o Sr. Yuri e o Sr. Johnny informaram que todas as alterações seriam incluídas na minuta da ata bem como no documento do Plano Anual de Investimento Não Reembolsável. Ao final, às 20:00, o Sr. Davidovich parabenizou a todos pelo esforço e disse: "que ficar de 14:00 até as 20:00 só mostrava a paixão de todos pelo País, não é não?". Assim deu-se por terminada a 19ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT. Registra-se que por dificuldades técnicas, o Senhor Antonio Renan Arrais, deixou o ambiente virtual e não participou da discussão do último item da Reunião, todavia, informou que adere à deliberação tomada pelos Senhores Conselheiros e Senhoras Conselheiras quanto as questões orçamentárias debatidas.

MARCOS CESAR PONTES
Presidente do Conselho Diretor do FNDCT

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 09/04/2020, às 09:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5374235** e o código CRC **49E068B0**.